

Seminário de Filosofia

Consciência e forma

OLAVO DE CARVALHO

Texto-base (rascunho) para aula de sábado, 1º. de março de 2014, do Curso Online de Filosofia

I

A “matéria” apresenta-se para mim como dado de consciência, mas a consciência jamais se apresenta como dado material. Supondo-se que eu pudesse observar todas as reações neuronais num cérebro humano em atividade consciente, elas nada me diriam sobre os *conteúdos* dessa consciência naquele instante. Uma ativação maior das áreas visuais não me informaria, por exemplo, se o sujeito em observação está vendo um gato ou a foto de um gato, uma mulher nua ou um quadro de mulher nua, um prato de comida ou a imagem do prato de comida no menu do restaurante. Mas sujeito que não fosse capaz de apreender instantaneamente essas diferenças estaria condenado a perecer por absoluta incapacidade de lidar com o ambiente físico em torno. A intensidade das reações na área verbal não me diria se ele está escrevendo mentalmente um anúncio de sabonetes ou *O Rei Lear*. Se fosse possível obter essas informações pelo exame do cérebro, todo neurocientista seria um novo Shakespeare.

Essas dificuldades provêm de uma outra, mais séria. Se, como dizia Husserl, não há consciência “em si”, consciência vazia, mas toda consciência é consciência *de* alguma coisa, então é absurdo dizer que a consciência está “no” sujeito cognoscente: ela está numa relação que se estabelece entre o sujeito e o objeto, a qual não pode estar inteiramente neste nem naquele, mas simultaneamente nos dois. Quando o sujeito apreende uma qualidade qualquer do objeto, digamos seu tamanho, sua posição ou sua cor, é porque esse objeto lhe mostra, lhe exhibe essa qualidade; ela não surge de dentro como pura criação autônoma do sujeito, mas como uma amoldagem, por assim dizer, da capacidade perceptiva do sujeito à forma de algo que não é ele, que não é a sua consciência, mas que se lhe oferece como objeto. Se, portanto, a consciência não está no sujeito, dentro do sujeito, muito menos poderia estar numa das partes dele, quer a chamemos de “alma” ou de “cérebro”.

Se denominamos psique o conjunto das atividades internas, imanentes, da alma ou do cérebro, é evidente que a consciência só aparece uma vez transposta a fronteira em que a psique se transcende, se supera, e alcança um objeto.

Mesmo admitindo-se, *ad argumentandum*, que todas as atividades da psique sejam determinadas pelas do cérebro, que sejam portanto em última análise materiais e regidas pelas leis da físico-química, e que por outro lado não haja no mundo objetos senão materiais e regidos por essas mesmas leis, a consciência, isto é, a relação que se estabelece entre psique e objeto no ato em que aquela toma conhecimento deste, continua perfeitamente imaterial e não pode estar fisicamente presente nem no sujeito, nem no

objeto.

Quando vejo um gato, temos aí um sujeito presente, que admitimos ser totalmente material e regido por leis materiais, e um objeto igualmente material regido por essas mesmas leis. O ato psíquico pelo qual percebo o gato pode também admitidamente ser determinado pelo funcionamento material do meu cérebro e dos meus órgãos dos sentidos. Mas a coincidência, a identidade total ou parcial entre a forma da coisa percebida tal como se apresenta ao meu cérebro e a forma do objeto que a mim se apresenta como gato não pode, em si mesma, ser material, pois para isso teria de ser ela própria um objeto e, à semelhança de mim e do gato, ocupar um lugar no espaço. Ora, é só essa identidade que garante que vi um gato real a não apenas produzi um gato imaginário no interior da minha psique. Todo e qualquer conhecimento objetivo depende da identidade formal entre o percebido e o dado.

Mais gravemente ainda, de todas as relações possíveis que se possa estabelecer entre a psique e seu objeto, nenhuma, absolutamente nenhuma pode ser dita material, pois para isso teria de ocupar um lugar no espaço e ser percebida ela própria como um objeto; e a relação dela com a psique cognoscente seria um novo objeto espacial e assim por diante indefinidamente, tornando impossível a percepção do que quer que fosse.

Quando se discute se “a consciência” é material ou imaterial, geralmente se confunde a consciência com a psique. Esta última talvez possa ser inteiramente explicada pelo funcionamento do cérebro, mas, quando saltamos da esfera da psique para a da consciência, estamos falando de uma relação com objetos que transcendem a esfera da psique (mesmo quando são eles próprios

fatos psíquicos tomados como objetos), e aí só poderíamos falar de uma causa cerebral da consciência se atribuíssemos ao cérebro o dom de criar por si mesmo todos os objetos espaciais, e criá-los espacialmente, não se sabendo como um número tão grande de coisas poderia caber numa caixa craniana.

O problema da consciência, portanto, não pode ser resolvido pelo estudo da psique ou do cérebro. Ele remete a um mundo de identidades e diferenças formais que, em si mesmas, não podem ser materiais nem ocupar um lugar no espaço.

Todas as discussões que pretendem reduzir a consciência à matéria, a matéria à consciência, ou que proclamam a existência de duas esferas de realidade distintas e separadas, partem da confusão entre psique e consciência e não saem de dentro dela.

O universo à nossa volta, com o nosso próprio ser dentro dele, compõe-se de objetos materiais estruturados em formas, sendo portanto inseparavelmente material e imaterial, corporal e espiritual. A consciência é a relação formal que se estabelece entre duas formas, a forma de uma individual psicofísica humana e a forma de uma presença corporal.

II

Toda abordagem séria do problema de matéria e consciência deveria começar pelo reconhecimento, tantas vezes negligenciado, de que nenhuma das duas é uma substância, um ente, uma coisa; ambas são propriedades de determinados entes e só por referência a eles fazem sentido. Ninguém jamais viu “matéria” ou

“consciência”, apenas entes dotados de materialidade, de consciência ou de ambas. Logo, investigar qual das duas é causa ou princípio da outra, qual das duas tem o primado ontológico, é colocar no ar um problema que deveria, antes, estar firmemente arraigado no exame prévio da estrutura ontológica dos entes nos quais elas se manifestam e se tornam conhecidas.

(Deixo de lado, por enquanto, a questão da existência de seres “puramente espirituais”, expressão que, a meu ver, constitui antes uma figura de linguagem do que um conceito.)

Todos os seres que chegam ao nosso conhecimento constituem-se de matéria tal como esta é descrita pelas ciências físicas. Ao mesmo tempo, têm formas distintivas que os distinguem como gêneros, espécies e indivíduos, e que em si mesmas não são “materiais”: são um esquema de possibilidades, um algoritmo, ou, como diria o nosso Mário Ferreira, a “lei de proporcionalidade intrínseca”, a fórmula da sua corporalidade estática e dinâmica. Idealmente, essa fórmula deveria poder ser expressa matematicamente, mas muito falta ainda para isso. (Quando se fala de “matematização”, tem-se em vista geralmente o movimento de idéias que, entre o século XVI e o XVII, trocou a antiga física aristotélica, baseada na apreensão das formas inteligíveis das substâncias, pela medição das propriedades aparentes dos corpos, deixando de lado o seu *quid* ou natureza. Leibniz observava que todas as propriedades mensuráveis, somadas e articuladas, não bastavam para compor uma coisa real, que além disso teria de ser alguma coisa, isto é, ter um *quid* ou forma substancial. Com os instrumentos matemáticos de hoje, a dicotomia entre o estudo das formas substanciais e o das propriedades

aparentes matematizáveis pode ser superada, apesar das dificuldades técnicas envolvidas. Em princípio, nada impede que a forma substancial de um ente, uma vez apreendida, seja expressa matematicamente, e o seja de tal modo que todas as propriedades e acidentes sejam compatibilizados com a “essência” desse ente, isto é, com a fórmula do corpo de possibilidades que o define.)

Seria inútil procurar a “explicação” da forma nas propriedades da matéria, já que todo corpo extrai sua matéria de um repertório limitado de substâncias físico-químicas que, justamente, só formam corpos diversos segundo a diferente *forma* em que se organizam.

Todo e qualquer corpo constitui-se de elementos organizados, o que é o mesmo que dizer: de uma matéria estruturada numa forma.

Toda realidade corporal é uma síntese indissolúvel de matéria e forma. Quando um corpo se dissolve, ele se subdivide em corpos menores que têm cada qual sua matéria e sua forma. Quando chegamos ao nível subatômico da decomposição, cada partícula continua tendo sua matéria, sem a qual não existiria no espaço, e sua forma definidora e individualizadora, sem a qual não se distinguiria de outra partícula.

Mas, se a matéria não explica a forma, esta só explica a diferenciação dos corpos, não a existência da matéria. Em última instância, é cabível designar forma e matéria, respectivamente, como essência e existência.

Às diferentes formas dos entes correspondem as diferentes propriedades pelas quais eles se manifestam e se relacionam. À porção de matéria que os compõe corresponde a sua presença efetiva no espaço-tempo.

Todas as relações entre os entes são também inseparavelmente materiais e formais. Quando uma vaca come grama, as partículas de matéria que compõem a grama não são destruídas, mas rearranjadas numa forma diversa para transmutar-se parcialmente em sangue de vaca e parcialmente em massa fecal.

O conhecimento é uma propriedade específica de determinados seres vivos. Essa propriedade consiste num modo específico de relacionar-se com outros seres. Nessa relação, a matéria do objeto conhecido não sofre transformação: é apenas a sua forma sensível que se integra na forma interna, ou “programa” da psique do outro, como “informação”, num processo que pode vir ou não acompanhado de alteração material do cognoscente.

O processo todo pode ser reduzido a operações materiais, exceto num ponto: a coincidência da informação com a forma sensível do objeto percebido, ou, dito de outro modo, a veracidade da informação.

A veracidade é uma identidade formal, sem nada de material em si mesma.

Isso quer dizer que nenhuma explicação material do processo cognitivo poderá jamais dar conta da veracidade – ou, se quiserem, objetividade -- do conhecimento.

De todos os seres cognoscentes, o homem é o único que pode retroagir sobre os dados da percepção e julgar a sua veracidade ou falsidade. Esta operação, que denominamos consciência ou inteligência, pode por sua vez se explicada pelo funcionamento material do cérebro, exceto num ponto: a veracidade ou falsidade do julgamento de veracidade ou falsidade. Tentar esse tipo de explicação seria cair nas autocontradições do

psicologismo já apontadas por Husserl.

Por outro lado, é certo que nenhuma percepção poderia ser julgada verdadeira ou falsa objetivamente se o objeto percebido não trouxesse, na sua forma percebida, o coeficiente de inteligibilidade necessário para que essa operação se torne possível.

Inteligência é a apreensão veraz de uma forma. Sendo uma relação que se estabelece entre um sujeito e um objeto, não poderá jamais ser explicada unilateralmente pelas propriedades do puro sujeito, quer estas sejam concebidas como “materiais” ou “espirituais”. Inteligibilidade é uma propriedade das formas dos objetos, a qual existe, em princípio, independentemente dos sujeitos cognoscentes mas só a eles se revela.

Inteligência e inteligibilidade são as condições puramente formais, não materiais portanto, sem as quais nenhum objeto poderia ser conhecido com veracidade.

A consciência ou inteligência é imaterial não porque seu funcionamento seja independente do corpo material do sujeito cognoscente (embora talvez possa sê-lo em certas circunstâncias, como os experimentos de “quase morte”), mas porque ela não é uma operação imanente ao sujeito e sim uma relação formal com a inteligibilidade (também ela não material) de um objeto que o transcende.

Richmond, VA, 25 de fevereiro de 2014